



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA

Thaís Ohanna de Oliveira Silva

O que dizem os discursos oficiais proferidos pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante o enfrentamento da COVID-19 no país?

RECIFE
2022

Thaís Ohanna de Oliveira Silva

O que dizem os discursos oficiais proferidos pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante o enfrentamento da COVID-19 no país?

Trabalho de conclusão de residência apresentado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, do Departamento de Saúde Coletiva do Instituto Aggeu Magalhães, para obtenção do título de especialista em saúde coletiva.

Orientadora: Dra. Sydia Rosana de Araújo Oliveira

RECIFE
2022

S586q

Silva, Thais Ohanna de Oliveira.

O que dizem os discursos oficiais proferidos pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante o enfrentamento da COVID-19 no país? / Thais Ohanna de Oliveira Silva. -- 2022.

28 f.

Orientadora: Sydia Rosana de Araujo Oliveira.

Monografia (Residência em Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva), Recife, 2022.

Bibliografia: f. 22-26.

1. COVID-19. 2. pandemias. 3. cloroquina. 4. políticas sanitárias. 5. discursopúblico.
I. Título.

CDU 614

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Adagilson Batista Bispo da Silva - CRB-1239 Biblioteca Luciana Borges Abrantes dos Santos

Thaís Ohanna de Oliveira Silva

O que dizem os discursos oficiais proferidos pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante o enfrentamento da COVID-19 no país?

Trabalho de conclusão de residência apresentado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, do Departamento de Saúde Coletiva do Instituto Aggeu Magalhães, para obtenção do título de especialista em saúde coletiva.

Aprovado em: 26 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Sydia Rosana de Araujo Oliveira
Instituto Aggeu Magalhães

Stéphanie Gomes de Medeiros
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

SILVA, Thaís Ohanna de Oliveira. O que dizem os discursos oficiais proferidos pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante o enfrentamento da COVID-19 no país?. 2022. Tese (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2022.

Introdução: Em dezembro de 2019, na China, emergiu o novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da pandemia da COVID-19, e desde então, uma preocupante crise sanitária tem assolado o mundo. A pandemia decretada exigiu dos governantes uma resposta rápida e eficiente à disseminação da doença, de forma a evitar o adoecimento na sua forma mais grave e, conseqüentemente, muitas mortes. **Objetivo:** Analisar os discursos oficiais proferidos pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante o enfrentamento da COVID-19 no país. **Método:** Foram identificados 13 discursos, os quais foram analisados utilizando-se como base o método da Análise de Conteúdo. Os dados foram organizados em 4 categorias empíricas. **Resultados:** O presidente desestimulou a adoção de medidas sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia; priorizou a economia em detrimento da saúde; minimizou o impacto da doença e defendeu a volta ao estado de normalidade; criticou a atuação dos demais entes governamentais e se desresponsabilizou pelos efeitos negativos da pandemia; assim como promoveu o uso de medicamentos sem eficácia comprovada. **Conclusão:** Em meio a uma das maiores crises sanitárias já enfrentadas pelo país, a vida e a saúde do povo não foram prioridade.

Palavras-Chave: *COVID-19; pandemias; cloroquina; política de saúde; discurso público.*

ABSTRACT

SILVA, Thaís Ohanna de Oliveira. What do the official speeches given by the President of Brazil, Jair Bolsonaro, say during the fight against COVID-19 in the country?. 2022. Thesis (Multidisciplinary Residency in Collective Health) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2022.

Introduction: In December 2019, in China, the new coronavirus (SARS-CoV-2) emerged, causing the COVID-19 pandemic, and since then, a worrying health crisis has plagued the world. The decreed pandemic demanded a quick and efficient response from the government to the spread of the disease, in order to avoid illness in its most serious form and, consequently, many deaths. Objective: To analyze the official speeches given by the president of Brazil, Jair Bolsonaro, during the confrontation of COVID-19 in the country. Method: 13 speeches were identified, which were analyzed using the Content Analysis method as a basis. The data were organized into 4 empirical categories. Results: The president discouraged the adoption of sanitary measures necessary to face the pandemic; prioritized the economy over health; minimized the impact of the disease and advocated a return to a state of normality; criticized the performance of other government entities and took no responsibility for the negative effects of the pandemic; as well as promoting the use of drugs without proven efficacy. Conclusion: During one of the biggest health crises ever faced by the country, the life and health of the people were not a priority.

Keywords: *COVID-19; pandemics; chloroquine; health policy; speech.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MÉTODOS	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
3.1 Priorização da economia em detrimento da saúde	12
3.2 Volta à normalidade e minimização da pandemia	13
3.3 Crítica à atuação dos demais entes governamentais	17
3.4 Fármacos sem eficácia comprovada – Cloroquina e hidroxiclороquina	18
4 CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	23

**O QUE DIZEM OS DISCURSOS OFICIAIS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DO
BRASIL, JAIR BOLSONARO, DURANTE O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO
PAÍS?**

**WHAT DO THE OFFICIAL SPEECH GIVEN BY THE PRESIDENT OF BRAZIL,
JAIR BOLSONARO, SAY DURING THE COUNTRY'S CONFRONTATION OF
COVID-19?**

Autores:

Thaís Ohanna de Oliveira Silva ¹

Dra. Sydia Rosana de Araujo Oliveira ¹

⁽¹⁾ Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CPqAM / Fundação Oswaldo Cruz

Artigo a ser encaminhado para a Revista Caderno de Estudos Sociais

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na China, emerge o novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da pandemia da COVID-19, e desde então, uma preocupante crise sanitária tem assolado o mundo¹. Diante dos novos e volumosos casos que surgiram de forma acelerada, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou, em 30 de janeiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional² e em 11 de março de 2020, estado de pandemia³. No Brasil, até o dia dezesseis de março de 2022, foram registrados 29.478.039 de casos confirmados e 655.940 mortes causadas pelo vírus⁴. A pandemia decretada exigiu dos governos e governantes uma resposta rápida e eficiente à disseminação da doença, de forma a evitar o adoecimento na sua forma mais grave e, conseqüentemente, um grande número de mortes⁵.

O quadro instalado demandou da gestão nos seus âmbitos federal, estadual e municipal, ações integradas e uniformes. Entretanto, o que se observou no Brasil foram atitudes “controvérsias” entre os entes federados, expressos por meio de impasses na relação entre os segmentos do governo, como: problemas na implementação e desenvolvimento de ações integradas; confusão de atribuições; informações divergentes acerca da COVID-19; ausência de transparência; além de relações marcadas por conflitos entre o presidente e outros governantes federados que assumiram uma conduta diferente no enfrentamento da situação⁶.

Diante deste cenário de ausência do Governo Federal na linha de frente da pandemia, com ações fragmentadas e descoordenadas ocorrendo entre os municípios⁷, observou-se protagonismo dos governadores no enfrentamento à crise. Como exemplo, identifica-se a atuação do Consórcio Nordeste, uma articulação dos

governadores da região, que criou em 30 de março de 2020, um comitê científico responsável pelo assessoramento técnico aos governadores nas deliberações para o combate à pandemia. O comitê foi contra o relaxamento das medidas de distanciamento social e o emprego de fármacos como a Cloroquina, além de elaborar boletins informativos e estratégias conjuntas para o enfrentamento da doença⁸.

Neste sentido, compreender a postura do governante máximo brasileiro, o presidente Jair Bolsonaro, diante da pandemia da COVID-19, se faz obrigatório. Entendendo que a tomada de decisão deste ator governamental impactou de forma direta na condução do enfrentamento desta crise no país. Assim, este estudo buscou analisar os discursos oficiais proferidos pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante o período de março de 2020 e outubro de 2021.

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, em que foram analisados os discursos oficiais do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, acerca da pandemia de coronavírus, entre os meses de março de 2020 e outubro de 2021, intervalo que delimita o início da pandemia e vai até a finalização deste estudo. Os pronunciamentos foram coletados no site oficial do Governo (www.gov.br) e encontram-se disponíveis na íntegra para o público em geral (Quadro 1).

Quadro 1 – Data e local do pronunciamento do presidente

06/03/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
------------	--

12/03/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
24/03/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
31/03/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
08/04/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
16/04/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
12/08/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
01/09/2020	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
05/02/2021	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
23/03/2021	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.
02/06/2021	Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão.

No período mencionado, houve um total de 13 pronunciamentos oficiais, todos lidos integralmente por uma das autoras. Para analisar as declarações, utilizou-se como base o método da Análise de Conteúdo (AC), proposto por Laurence Bardin. Para a pesquisadora, a AC compreende as ações de sistematizar, explicitar e expressar o conteúdo de mensagens, a fim de se produzir inferências lógicas e fundamentadas relacionadas a raiz dessas mensagens, ou seja, quem as proferiu, inserido em que contexto e com a pretensão de alcançar quais impactos⁹.

A partir do conteúdo analisado, categorias empíricas foram definidas, como: priorização da economia em detrimento da saúde; volta à normalidade e minimização da pandemia; crítica à atuação dos demais entes governamentais; e fármacos sem eficácia comprovada. Trechos que mostram as opiniões e crenças do presidente

acerca da pandemia foram extraídos e atribuídos a categorias definidas com base nos temas mais recorrentes nos discursos do presidente durante o período considerado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Priorização da economia em detrimento da saúde

No final do mês de fevereiro de 2020, os primeiros casos da COVID-19 foram detectados no Brasil; já em março do mesmo ano, ocorreu a primeira morte. Apesar da falta de apoio e cooperação do presidente, o isolamento social foi, gradualmente, sendo implantado como medida de controle sanitário no Brasil, de acordo com a definição de cada governante local, não havendo uma deliberação nacional¹⁰. Enquanto as atividades econômicas foram gradativamente sendo restritas no país, Jair Bolsonaro defendeu a ideia de que os negócios não deveriam ser suspensos, como no pronunciamento realizado no dia 8 de abril de 2020, em que afirmou “Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar. Esta sempre foi minha orientação a todos os ministros [...]”. Assim, o presidente alimentou uma falsa dicotomia entre economia e saúde, guiando-se pela proteção ao mercado, manutenção do fluxo de capital, produção e consumo em desfavor da vida¹⁰. De acordo com Carvalho¹¹ o vírus fora o responsável pelos danos à economia, não as medidas adotadas para contê-lo, como afirmava o presidente. Ainda no pronunciamento do dia 8 de abril de 2020, o Chefe de Estado declarou “Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia”. Contudo, não podemos ignorar o fato de que o Brasil é um país que sofre com uma imensa desigualdade social, onde parte considerável da sua população vive em

situação de pobreza, uma parcela crescente de indivíduos mora nas ruas, além da existência de muitos trabalhadores informais. Essa conjuntura desfavorável exige que o Estado desenvolva e fortaleça políticas de proteção social que possibilitem a praticabilidade das medidas de controle da COVID-19, garantindo suporte à população que se encontra em situação de vulnerabilidade¹². Assim, em abril de 2020, fruto da tensão de partidos de esquerda em conjunto com movimentos sociais, foi instituído o auxílio emergencial pela Lei n.13.982, em que o Governo Federal adotou o pagamento de um auxílio no valor de R\$600,00 mensal, a ser pago pelo período de 3 meses, para pessoas em situação de maior vulnerabilidade social durante o período de restrição das atividades econômicas¹³.

Apesar da relevância deste para a subsistência dos trabalhadores, o benefício se mostrou insuficiente para garantia de proteção social¹³. Além disto, diferentes obstáculos para sua efetividade foram evidenciados, como dificuldades para implementar e conduzir o pagamento do auxílio; problemas para identificar o público alvo da política, devido ao estado de “invisibilidade” social em que grande parte desses sujeitos em situação de vulnerabilidade se encontram; atraso na instalação da política, em razão da inação do governo e alta burocracia; além de barreiras digitais para solicitação do auxílio. Todos esses entraves colaboraram na piora do quadro econômico e social brasileiro e demonstraram a falta de planejamento no controle da situação pandêmica¹⁴.

3.2 Volta à normalidade e minimização da pandemia

Durante os seus discursos, o Chefe de Estado atuou minimizando a situação pandêmica, como no pronunciamento realizado no dia 24 de março de 2020, em que

asseverou: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho [...]”, além de apontar a necessidade de voltar à normalidade, como afirmou nesta mesma data “Nossa vida tem que continuar [...]. Devemos sim, voltar à normalidade”. O presidente defendeu a prática do isolamento vertical, que consiste na segregação apenas de alguns grupos específicos, como: idosos, indivíduos com comorbidades e grupos em situação de vulnerabilidade. Proposta que foi imediatamente contestada por diversos cientistas, pois, partindo da perspectiva da epidemiologia, não há fundamentos em isolar apenas parte da sociedade, quando o fluxo livre de pessoas contaminadas, com ou sem sintomas, favorece a contaminação dos demais. Além de ir contra as recomendações científicas, metodológicas e éticas, essa ideia acarreta gerontocídio, dado que o vírus da COVID-19 é mais letal em idosos¹⁵.

Em suas falas, o presidente ainda destacou que pessoas jovens e saudáveis não precisariam se preocupar com o vírus:

“O que se passa no mundo têm mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine” assegurou no pronunciamento do dia 24 de março de 2020.

Entretanto, um estudo realizado pelo Observatório COVID-19 da Fiocruz constatou que já nas primeiras semanas de junho de 2021, casos graves da COVID-19 e óbitos ocasionados pela doença, aumentaram nas faixas etárias mais jovens,

que incluem adultos entre 20 e 59 anos. A pesquisa também revelou que essa faixa etária pode ser afetada significativamente pelo quadro longo da doença ou síndromes estabelecidas no período pós-COVID, e alerta para a possibilidade de comprometimento crônico da qualidade de vida dessa população, com redução da aptidão para realização de tarefas diárias, englobando o trabalho¹⁶.

Ao questionar o isolamento social em seus discursos, entende-se que o presidente foi contrário à orientação da comunidade científica mundial. Em Wuhan, o primeiro epicentro pandêmico, uma pesquisa produzida concluiu que antes da implementação do isolamento, o principal elemento de propagação do vírus foi a mobilidade da população¹⁷. Estudos evidenciaram que a execução de medidas de distanciamento social poderia evitar eventos catastróficos, como o colapso dos sistemas de saúde, um alto número de óbitos, pessoas infectadas e hospitalizações, portanto, deveriam ser utilizadas até que vacinas ou tratamentos eficientes estivessem à disposição. Atrasos na aplicação dessas estratégias de supressão resultam em desfechos negativos, como menos vidas salvas¹⁸.

No geral, países que colocaram em prática ações de distanciamento de forma ágil e em que a mobilidade da população foi restrita, demonstraram menores taxas de incidência e mortalidade por COVID-19¹⁹. No Brasil não foi diferente, um estudo realizado por Canabarro e colaboradores demonstrou que o conjunto de medidas utilizadas no enfrentamento da pandemia no país até março de 2020, que consistia no fechamento de escolas e universidades, distanciamento social apenas entre idosos e isolamento domiciliar não-obrigatório, apesar de resultar numa diminuição significativa de infecções no país, não foi suficiente, sendo fundamental a implantação de um isolamento mais amplo e restritivo para diminuição do número de casos graves e mortes. A pesquisa ainda determinou que o relaxamento prematuro das medidas

resultaria no acréscimo de milhões de infectados e no colapso do sistema de saúde brasileiro²⁰. Um estudo denominado “Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil”, publicado em junho de 2021, investigou os índices de mortes que poderiam ter sido evitadas no país entre os meses de março de 2020 e 2021, levando em conta dois elementos: mortes evitáveis por ações e serviços de saúde e por deliberações populacionais. A pesquisa chegou à conclusão de que através de medidas não farmacológicas usadas para controle da transmissão na coletividade, cerca de 120 mil mortes poderiam ter sido evitadas²¹.

O posicionamento do presidente com relação à pandemia, em que atuou espalhando desinformação e instigando a desobediência em relação ao isolamento social, torna o presidente responsável por parte das vidas perdidas durante a crise sanitária¹⁰. Um estudo realizado por De Paula et al.²² demonstrou as consequências dos discursos negacionistas de Bolsonaro ao estabelecer uma associação estatística entre a queda instantânea do índice de isolamento social em cidades em que ele obteve mais votos nas eleições de 2018 logo após suas declarações contra a medida.

De acordo com um estudo divulgado em janeiro de 2021, realizado pelo Instituto Lowy, instituição de pesquisa da Austrália, o Brasil foi classificado como o pior país do mundo no combate à pandemia da COVID-19, dentre 98 nações analisadas²³. Com seus 211 milhões de habitantes, o Brasil constitui 2,7% da população global. Se o país fosse responsável por 2,7% das mortes ocasionadas pela COVID-19 no mundo, agindo assim de acordo com a média mundial no enfrentamento à pandemia, cerca de 56.311 indivíduos teriam ido à óbito. Entretanto, 212.893 pessoas já haviam morrido pela doença até o dia 21 de janeiro de 2021. Isto é, cerca de 156.582 cidadãos perderam suas vidas em consequência da conduta desastrosa do governo brasileiro até a data citada²⁴.

3.3 Crítica à atuação dos demais entes governamentais

A pandemia da COVID-19 evidenciou tensões existentes nas relações interfederativas brasileiras e na batalha contra o alastramento da doença. Um dos principais obstáculos políticos esteve relacionado à quais estratégias deveriam ser adotadas durante o enfrentamento da pandemia⁸. Levando em consideração a discordância entre as condutas e discursos dos entes federativos, a competência conjunta que governadores e prefeitos detêm acerca da saúde pública e a ausência de posicionamento da União quanto à forma de coordenar e regular ações relevantes a uma epidemia, em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que estados e municípios possuíam autonomia para definir medidas de isolamento social²⁵.

Após a declaração dada por Bolsonaro no dia 24 de março de 2020, em que o presidente critica as medidas de isolamento adotadas e pede a volta das atividades econômicas, uma carta repreendendo a postura do Chefe de Estado foi publicada, assinada pelos governadores do Nordeste. A declaração ratificou que medidas preventivas e baseadas na ciência continuariam a ser implementadas, solicitou a cooperação e coordenação nacional, além de repudiar a conduta agressiva e falta de liderança do Chefe de Estado²⁶.

Apesar do presidente afirmar, no dia 8 de abril de 2020, que o Governo Federal não foi consultado sobre a amplitude e duração das medidas adotadas para enfrentamento da pandemia, a ausência de orientação por parte da União foi justamente um dos motivos responsáveis pelos conflitos e confusões geradas entre os entes federativos. Algumas das consequências dessa desorganização foram: ações justapostas, recursos desperdiçados, danos aos direitos sociais garantidos ao

longo do tempo, ganhos de escala reduzidos e repercussões negativas no tocante ao número de óbitos e doentes²⁷. Com o aprofundamento da crise no país e queda na sua popularidade, Bolsonaro buscou se isentar de suas responsabilidades, atribuindo a governadores e prefeitos a culpa pela instabilidade, como no pronunciamento do dia 16 de abril de 2020, em que proclamou “Os excessos que alguns cometeram, que se responsabilizem por eles [...]” e do dia 2 de junho de 2021, em que garantiu “O nosso governo não obrigou ninguém a ficar em casa, não fechou o comércio, não fechou igrejas ou escolas e não tirou o sustento de milhões de trabalhadores informais”.

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seus pilares a concepção de uma federação democrática, descentralizada, participativa e cooperativa, mas a racionalidade bolsonarista acerca do tema defendeu o oposto, um padrão de dualidade, autoritarismo e de conflito entre os governos. Um outro exemplo disso ocorreu quando o Ministério da Saúde deixou de noticiar periodicamente os dados referentes ao número de pessoas infectadas e óbitos após culpar os estados de falsearem o número de vítimas da pandemia²⁷.

A centralidade de recursos na União é um outro ponto que prejudica a autonomia dos municípios no embate à pandemia. Logo, as agendas dos componentes subnacionais são diretamente afetadas pela União, e as discordâncias existentes na efetivação de planos e ações interferem na conduta das políticas. Por isso, é essencial que as relações intergovernamentais sejam norteadas pela cooperação, baseadas em consensos e acordos que definam objetivos em comum²⁸.

3.4 Fármacos sem eficácia comprovada – Cloroquina e hidroxiclороquina

Em seu primeiro pronunciamento nacional, no dia 24 de março de 2020, Jair Bolsonaro, além de abordar os principais temas que formariam a base das suas manifestações de teor negacionista durante a pandemia, também aproveitou a ocasião para fortalecer o elo com seus seguidores mais fiéis afim de assegurar o fiasco das medidas de contenção que já vinham sendo adotadas em alguns estados e seriam tomadas no decorrer dos meses posteriores. Sua conduta de subestimar a pandemia, reprovar as medidas de contenção e alimentar a fantasia da cura com medicamentos sem comprovação científica seria repetida pelas semanas subsequentes²⁹.

O negacionismo científico marcou a gestão brasileira durante a pandemia, e a persistente defesa do uso da cloroquina e da hidroxicloroquina para a prevenção e tratamento da COVID-19 é um exemplo disto. O conhecimento científico, a experiência e a racionalidade tiveram seus valores confrontados por crenças desprovidas de lógica que favoreceram a negação da realidade. A defesa da aplicação da cloroquina foi um movimento político, não-técnico, e apesar do fármaco não ter tido sua eficácia comprovada e ter seu uso contestado por instituições renomadas de saúde, foi utilizado e difundido por empresários e políticos neoliberais como uma solução mágica que serviria como cura e impediria que medidas que viessem a prejudicar o mercado fossem tomadas³⁰. Sobre o uso do medicamento para o tratamento da doença desde sua fase inicial, o Chefe de Estado afirmou: “Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil”, durante o discurso proferido no dia 8 de abril de 2020.

As divergências com relação ao uso da cloroquina fizeram ainda com que o presidente afastasse dois ministros da saúde em plena pandemia, por estes defenderem que fundamentos científicos fossem levados em consideração antes da

utilização do fármaco no combate à doença³¹. Após o general Eduardo Pazzuelo assumir o Ministério da Saúde, atendendo à vontade do Chefe de Estado, o produto foi incluído em protocolo oficial, devendo ser utilizado no tratamento de casos leves da doença³². Como recomendação do protocolo citado, o medicamento deveria ser usado com prescrição médica e assinatura de termo de consentimento pelo paciente, jogando para este a responsabilidade sobre qualquer consequência negativa advinda da utilização. Foi com o objetivo de preservar a racionalidade neoliberal de produção que se deram as manifestações negacionistas do presidente acerca dos perigos da doença e existência de um remédio milagroso. Pregoar a ideia de que sair para trabalhar não traria perigos e tratar como inimigos os que afirmassem o contrário foi a estratégia. Nessa guerra, os aliados convocados pelo governo para o combate à pandemia não foram os cientistas, mas os empresários³¹.

O presidente empregou dinheiro dos cofres públicos na produção e distribuição do fármaco, assim como promoveu sua utilização. Até o dia 30 de julho de 2020, milhões de pílulas já haviam sido produzidas pelo Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, sob ordem do Chefe de Estado, ao custo de cerca de R\$ 1,76 milhão de reais³³. Além da ineficácia do uso da cloroquina no tratamento de pacientes com COVID-19, o uso da medicação mostrou-se perigoso, podendo afetar o ritmo cardíaco do usuário e seu estado clínico, com potencial de levá-lo a óbito³⁴.

Ao discutirmos sobre a conduta do governo Bolsonaro, é impossível não penetrarmos nos conceitos relacionados à era da pós-verdade, definida como uma conjuntura em que as crenças particulares e as emoções possuem uma maior importância e influência na construção da opinião pública do que fatos objetivos. A pós-verdade é um artifício de manipulação utilizado que demanda entendimento e vontade de quem faz seu uso, assim, podemos afirmar que o negacionismo, a

desinformação e as *Fake News* são partes constituintes dessa estratégia empregue nos discursos³⁵. Esse período se instala com a ruptura da confiança nas instituições e cede lugar a uma inclinação à crença em teorias da conspiração, trazendo riscos para a saúde pública e segurança da sociedade diante de um cenário marcado pela circulação de informações enganosas³⁶. Esse negacionismo presente na pós-verdade não está preocupado em contradizer teorias científicas baseadas em pesquisas sérias e fundamentadas, é apenas um movimento feito com a finalidade de negar evidências e gerar suspeição, e por esse motivo, não deve ser confundido com um julgamento construtivo sobre a produção científica³⁷.

Parte do país assistiu com assombro e confusão às declarações e comportamentos do líder do Poder Executivo, Jair Bolsonaro, perante a pandemia da COVID-19, em que atuou disseminando *Fake News*, que deram ao Brasil o título de líder mundial na criação e propagação de informações falsas que fortalecem a desinformação³⁸. Uma análise de 687 declarações do presidente a respeito da pandemia, oferecidas em diferentes meios, como publicações nas redes sociais e entrevistas à imprensa durante o ano de 2020, chegou à conclusão de que a maioria das falas de Bolsonaro apresentavam informações imprecisas e insustentáveis, além de constatar que as frases mais regulares objetivavam o domínio do contexto a fim de culpabilizar terceiros e interceder pela volta à normalidade³⁹. Não obstante, conforme o Relatório Global de Expressão 2020/2021, divulgado no mês de julho de 2021, durante o ano de 2020, o Chefe de Estado enunciou 1.682 manifestações inverídicas e enganosas, dado que gerou uma média de 4,3 por dia⁴⁰. Dito isso, as *Fake News* não podem ser interpretadas como simples informações mal averiguadas, pois em sua maior parte, se trata de mentiras difundidas propositalmente com o intuito de servir

aos interesses de determinados indivíduos e grupos. Com relação a elas, o presidente já afirmou que estas constituem a prática da liberdade de expressão⁴¹.

4 CONCLUSÃO

Em suas declarações, Bolsonaro buscou desestimular a adoção de medidas sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia; minimizar o impacto da doença e defender a volta ao estado de normalidade das atividades econômicas; criticar governadores e prefeitos e se desresponsabilizar pelos efeitos negativos da pandemia; além de promover o uso de medicamentos sem eficácia comprovada. Apesar dos pronunciamentos oficiais exprimirem boa parte das opiniões e crenças do presidente acerca da pandemia, muitos de seus posicionamentos e falas mais polêmicas, agressivas e negacionistas estiveram presentes em outras plataformas de comunicação com a sociedade, principalmente naquelas em que Bolsonaro possui um maior controle da narrativa, como em suas redes sociais.

Desinformação e manipulação são formas de abuso de poder existentes nos discursos políticos. Discursos que, por sua vez, influenciam opiniões, comportamentos e ideologias. Portanto, é preciso que a sociedade esteja atenta e seja crítica quanto ao que é comunicado e difundido. Durante o período da pandemia analisado, apenas 13 pronunciamentos oficiais em rede de televisão ocorreram, nestes, o Chefe de Estado não buscou incentivar o uso de máscaras, o distanciamento social ou qualquer outra medida sanitária respaldada cientificamente, além de evitar falar sobre o número de pessoas contaminadas e óbitos ocorridos durante os meses estudados. Em meio a uma das maiores crises já enfrentadas pelo país, a vida e a saúde do povo não foram prioridade.

REFERÊNCIAS

1. Lana RM, Coelho FC, Gomes MFC, Cruz OG, Bastos LS, Villela DAM, et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *Cad Saúde Pública* 2020; 36:e00019620.
2. World Health Organization. Statement on the first meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV). Geneva: WHO; 2020 [citado em 2021 Out 3]. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>.
3. World Health Organization. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. Geneva: WHO; 2020 [citado em 2021 Out 3]. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-healthregulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-healthregulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)).
4. Brasil. Ministério da Saúde. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2022 (COVID-19) no Brasil [internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2022 [citado em 2022 Mar 17]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.
5. Santos BS. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almeidina; 2020.
6. Lima LD, Pereira AMM, Machado CV. Crise, condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da COVID-19. *Cad Saúde Pública* 2020; 36:e00185220.

7. Sodré F. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil [internet]. Educação e Saúde. 2020 [citado 2022 Mar 27]; 18. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tes/a/YtCRHxTywqWm4SChBHvqPBB/?lang=pt>.
8. Rossi RC, Silva SA. O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de Covid-19 [internet]. Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica. 2020 [citado 27 Mar 22]; 18. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13776>.
9. BARDIN L. Análise de Conteúdo. Edições 70;1979. 229 p.
10. Saraiva K, Zago LF. Economia, saúde e políticas do verdadeiro nas declarações de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil [Internet]. Ámbitos. Rev. int. Comum. 2021 [citado em 2022 Fev 10]; 52: 124-139. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/107669>.
11. Carvalho L. Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado. 1.ed. Todavia;2020. 144 p.
12. Aquino EM, Silveira IH, Pescarini JM, Aquino R, Souza-Filho JAD, Rocha ADS et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. Cien Saude Colet 2020;25: 2423-2446.
13. Correia D, dos Santos AF, Brito KPA, Guerra LDS, Vieira KJ, Rezende CLS et al. Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social?. J. Manag. Prim. Health Care 2020;12:1-9.
14. Nardi AFL. Um estudo do auxílio emergencial brasileiro em tempos de covid-19 (2020). Uberlândia. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia; 2021.

15. Almeida-Filho N. Pandemia de Covid-19 no Brasil: equívocos estratégicos induzidos por retórica negacionista [internet]. Principais elementos. 2021 [citado 2022 Mar 2]:214-225. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2021/2021_02_16_almeida_filho_pandemia_conass_opas.pdf.
16. Guimarães RM, Portela MC, Villela DA, Matta GC, Freitas CM. Younger Brazilians hit by COVID-19—What are the implications? [internet]. The Lancet Regional Health—Americas. 2021 [citado 2022 Mar 2];1. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(21\)00006-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(21)00006-5/fulltext).
17. Kraemer MU, Yang C, Gutierrez B, Wu C, Klein B, Pigott DM, et al. The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China [internet]. Science. 2020 [citado 2022 Mar 22];368:493-497. Disponível em: <https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.abb4218>.
18. Walker PG, Whittaker C, Watson OJ, Baguelin M, Winskill P, Hamlet A, et al. Report 12: The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression [internet]. Imperial College London. 2020 [citado 2022 Mar 22]. Disponível em: <https://www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/covid-19/report-12-global-impact-covid-19/>.
19. Pescarini JM, Silveira IH, Souza-filho JA, Aquino R, Barreto ML, Aquino EM. Covid-19 in Latin America countries: Course of the pandemic and the different responses towards control [internet]. 2020 [citado 2022 Mar 22]. Disponível em: https://assets.researchsquare.com/files/rs56504/v1_covered.pdf?c=16318390.

20. Canabarro A, Tenório E, Martins R, Martins L, Brito S, Chaves R. Data-driven study of the COVID-19 pandemic via age-structured modelling and prediction of the health system failure in Brazil amid diverse intervention strategies [internet]. Plos one. 2020 [citado 2022 Mar 22];15. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0236310>.
21. Werneck G, Bahia L, Moreira JP, Scheffer M. Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil [internet]. Oxfam. 2021 [citado 2022 Mar 22]. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil/#:~:text=Estima%2Dse%20que%20cerca%20de,acima%20do%20esperado%20no%20per%C3%ADodo>.
22. De Paula CP, Araújo EP, Alves T. O Imaginário na pandemia: o impacto simbólico da " gripezinha" e o discurso negacionista do Estado. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais 2020;27(3):150-177.
23. Leng A, Lemahieu H. Covid Performance Index: Deconstructing pandemic responses [internet]. Lowy Institute. 2021 [citado 2022 Mar 3]. Disponível em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/>.
24. Hallal PC. SOS Brazil: Science under attack [internet]. Lancet. 2021 [citado 2022 Mar 22]; 397: 373–374. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00141-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00141-0/fulltext).
25. Corralo GS. A pandemia COVID-19 e o poder municipal: decisões do Supremo Tribunal Federal e o impacto na federação brasileira [internet]. Revista Jurídica (FURB). 2021 [citado 2022 Mar 22];25:9892. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/9892>.

26. Filho, HC. A atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros durante a pandemia da COVID-19: o caso da cidade de João Pessoa [dissertação na internet]. 2021 [citado 2022 Mar 22]. 38 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20713>.
27. Abrucio FL, Grin EJ, Franzese C, Segatto CI, Couto CG. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental [internet]. Rev Administração Pública. 2020 [citado 2022 Mar 22];54(4):663-667. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bpdbc9zSGCKZK55L3ChjVqJ/abstract/?lang=pt>.
28. Afonso JR, Carvalho CM. (Des) coordenação governamental na pandemia [internet]. Rev Conjuntura Econômica. 2021 [citado 2022 Mar 22];75:18-21. Disponível em: <https://joserobertoafonso.com.br/descoordenacao-governamental-na-pandemia-afonso-carvalho/>.
29. Calil GG. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serviço Social & Sociedade 2021:30-47.
30. Caponi S, Brzozowski FS, Hellmann F, Bittencourt SC. O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. Rev Brasileira de Sociologia 2021;9(21):78-102.
31. Hur DU, Cameselle JM, García MA. Bolsonaro e Covid-19: Negacionismo, militarismo e neoliberalismo [internet]. Rev Psicologia Política. 2021 [citado 2022 Mar 3];21(51):550-569. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093422>.
32. Ministério da Saúde (BR), Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 351/2020. Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da

- Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências. Diário Oficial da União [internet]. 2020 Mar 20 [citado 2022 Mar 3];55:5. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/03/2020&jornal=614&pagina=5&totalArquivos=13>.
33. Souza DO. Cloroquina e hidroxiclороquina no Brasil: um caso de ineficácia na gestão da saúde pública [internet]. Rev Salud Pública. 2021 [citado 2022 Mar 3];23(2):1-7. Disponível em: <chrome-extension://dagcmkpagjilhakfdhnbomgmjdpkdklff/enhanced-reader.html?openApp&pdf=https%3A%2F%2Frevistas.unal.edu.co%2Findex.php%2Frevsaludpublica%2Farticle%2Fdownload%2F89741%2F80944>.
34. Melo FJ, Lemos CL, Vasconcelos AT, Passos MP. Impactos gerados pelo uso de cloroquina, hidroxiclороquina e azitromicina como tratamento de pacientes com COVID-19 [internet]. Rev Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. 2021 [citado 2022 Mar 3];7(10):3195-3211. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/3033>.
35. Fernandes CM, Oliveira LA, Campos MM, Coimbra MR. A pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso do governo no Instagram [internet]. Liinc em Revista. 2020 [citado 2022 Mar 3];16(2). Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5317/5103>.
36. D'ancona M. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. 1. ed. Faro editorial;2018. 144 p.
37. Ramalho VG. O Brasil do negacionismo: uma análise da disputa entre pós-verdade e ciência. O Manguel. 2020.

38. Almeida C, Luchmann L, Martelli C. A pandemia e seus impactos no Brasil [internet]. Middle Atlantic Review of Latin American Studies. 2020 [citado 2022 Mar 3];4(1):20-25. Disponível em: <https://www.marlasjournal.com/articles/abstract/10.23870/marlas.313/>.
39. Amarante E. A desinformação como estratégia política: uma análise dos discursos presidenciais durante a pandemia da covid-19. Aurora 2021;14(40):48:67.
40. Article 19. The Global Expression Report 2021: The state of freedom of expression around the world [internet]. Artigo 19. 2021 [citado 2022 Mar 3]. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2021/08/A19-GxR-2021-FINAL.pdf>.
41. Luiz TC. Populismo e desinformação no contexto da Covid-19: uma reflexão em torno das manifestações de Jair Bolsonaro durante a pandemia. Mediapolis - Rev de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público 2020;11:57-70.